



ATA N.º 09/2017

Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Luísa Maria Ricardo Alves e Maria Celeste Ferreira Cardador.-----

Além dos membros da mesa, compareceram a esta sessão os Senhores Carlos Filipe Mafra de Sousa, José Alexandre Serra Sales, António de Sousa Pimenta, Valter José Lameiro Soares, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Sílvia Alexandra Rato Fonseca Gomes, Milton Hugo Mafra Estrelinha, Daniel Vieira Meco, Maria da Ascensão Quinzico Codinha - eleitos pelo Partido Socialista; Joaquim Ascensão Pequicho, Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Abílio José Januário Marques, Edmundo José Couto Barbosa, Sónia Margarida Carreira da Conceição e António Pereira Nunes - eleitos pelo Partido Social Democrata; João Paulo Quinzico Delgado e Alexandre Isaac - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro – eleito pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga e Rui Manuel Amaro Marques, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, de Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente. -----

Os Senhores Vasco Frederico Pires de Sousa e Sara Louração Vidal Correia da Silva, da Coligação Democrática Unitária, solicitaram a sua substituição na sessão.-----

Esteve igualmente presentes os Senhores Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Presidente da Câmara e Vereadores Manuel António Águeda Sequeira, Alberto Madail da Silva Belo, Regina Margarida Amada Piedade Matos, Orlando Jorge Eustáquio Rodrigues, António Gordinho Trindade e Salvador Portugal Formiga.-----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 2017 - Apreciação e votação

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

Não tomou parte na apreciação e votação o Sr. Alexandre Isaac.-----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento.-----

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

O Senhor Joaquim Pequicho solicitou a palavra e efetuou a seguinte intervenção:-----

“ Felicitamos todos os intervenientes no processo autárquico e desejamos sucesso no desempenho das funções.-----

Reconhecer a importância de participação cívica é fundamental e, nesse sentido, devemos também felicitar todos os Municípios que participaram no ato eleitoral.-----

Aos eleitos, dirijo-me citando Francisco Sá Carneiro,-----

“A democracia aprende-se pelo exercício e constrói-se por meios democráticos.”-----

Mas nem tudo são “ROSAS” porque e passo a citar... -----

“O grande problema do nosso sistema democrático é que permite fazer coisas nada democráticas democraticamente”, palavras de José Saramago.-----

É com esta partilha de pensamento que os eleitos pelo PSD encaram o mandato que agora inicia.

Respeito pela decisão da maioria do Municípes e, fundamentalmente, o respeito pelo papel importante no equilíbrio democrático que as forças políticas da oposição representam.-----

Votos sucesso. Obrigado “-----

Seguidamente o Senhor João Delgado efetuou a seguinte declaração:-----

“Boa noite a todos os membros da Assembleia e a todos aqueles que não fazendo parte do órgão, são de grande importância na persecução dos seus objectivos e funcionamento. A CDU deseja-

vos uma boa sessão de trabalho! -----



Inicia-se mais um mandato, com pouco mais de dois meses de vigência, onde se espera que as dificuldades, falhas, atitudes e comportamentos sejam superados, corrigidos e alterados tendo em vista os interesses mais básicos da população do concelho da Nazaré.-----

Importa referir o quadro nacional para perceberemos melhor os impactos locais dos avanços protagonizados pela nova solução governativa, num quadro de um governo do PS suportado por acordos pontuais, em matérias concretas, pelo PCP, pelo PEV e pelo BE. -----

Ainda que, contando com as incongruências normais e as contradições crónicas do PS, tem sido possível avançar na reposição de direitos e rendimentos que têm aliviado a vida do povo e dos trabalhadores portugueses.-----

A contribuição do PCP para esta solução é a todos os níveis notável, inovadora e visionária. Como alguns ainda se lembrarão, na noite de 4 de Outubro de 2015, enquanto António Costa se preparava para baixar os braços dando os parabéns à coligação de direita neoliberal PAF, Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP, dizia em directo nas televisões que o PS só não formaria governo se não quisesse. Pois existia uma maioria parlamentar constituída por partidos da esquerda. -----

No entanto, este foi só mais um contributo do PCP neste processo iniciado anos antes.-----

Nos duros anos de intervenção externa e de governação neoliberal da direita de Passos, Gaspar, Portas e Cristas, foram constantemente combatidos pela luta organizada e de massas, inundando as ruas de protesto e de esperança! -----

O PCP, juntamente com outras forças progressistas e democratas, onde o movimento sindical de classe, liderado pela CGTP-ILN, nunca faltaram ao compromisso e ao combate!-----

Do ponto de vista local, quantos dos responsáveis políticos que hoje usufruem directamente destes avanços participaram nestes processos de luta e construção colectiva?-----

Quantos membros desta assembleia, ou deste executivo municipal, engrossaram essas fileiras que

desmontaram na base, os pilares da direita, da austeridade e da miséria imposta ao povo e ao país?-----

Como tem sido normal ao longo da história, esperam pragmaticamente que outros façam o trabalho que lhes dói fazer, para depois, aquando das conquistas, estarem presentes a receber a "caça" que outros arriscaram o "pelo" para a conseguir! A isto só se pode chamar oportunismo. Não há outro adjectivo! -----

Hoje é possível outra realidade na governação local, nas estratégias de desenvolvimento do país, na esperança e alegria das populações que há cerca de dois anos era impensável! Isto deve-se, no essencial, à luta e à capacidade de trabalho e sacrifício dos militantes e simpatizantes comunistas. Não há como negar esta evidência!-----

Sabíamos, de forma consciente, que o caminho trilhado tinha riscos. Sabíamos que neste tipo de soluções governativas quem sai beneficiado é o partido que governa. No entanto, o PCP, como em diversos momentos da sua história, sempre deu o peito às balas pelo povo português. Neste tempo concreto não poderia falhar nesse objectivo! O nosso compromisso é com o povo e nada mais que isso! -----

Tal como seria expectável, por todo o país o PS reforçou posições e a CDU perdeu presidências de Câmara, algumas delas históricas. É um fato que não belisca minimamente o que significa a CDU no projecto autárquico nacional e só demonstra que o PCP e a CDU quando se tratar de salvaguardar os interesses do povo e do país não calcula, não olha a sacrifícios ou a pragmatismos eleitorais — apenas faz o que tem que ser feito!-----

Quanto à nova e esmagadora maioria do PS nos mais diversos órgãos autárquicos a nível local, dizer que este tipo de maiorias só se alcançam por duas vias: -----

A primeira tem como base o grande desenvolvimento económico e social dos concelhos e das populações que neles vivem, a diversificação da economia, a franca e justa redistribuição da riqueza criada, o reforço da qualidade dos serviços públicos, o aprofundamento da democracia



local, a crescente participação popular nos processos colectivos, a coesão social em todo o concelho partindo de uma base de equilíbrio territorial na criação de emprego, acesso à habitação e a serviços públicos essenciais.-----

Na segunda possibilidade, estas maiorias constroem-se com base numa questão que é comum aos interesses de políticos e políticas demagógicas, despóticas e autocráticas e à mais elementar base de garantia do Capitalismo neoliberal — a fragilidade do enorme exército de reserva de mão-de-obra disponível vulgarmente apelidada de desempregados! A quem se promete tudo em troca ou de um voto, num dos casos, e de um salário de miséria, no outro! -----

Por outro lado, instala-se o medo nos que estão sob a sua alçada do ponto de vista laboral e muitas vezes colocando trabalhadores como delatores de outros trabalhadores. Também prática comum nos dois exemplos — capitalismo neoliberal e políticas demagógico-populistas.-----

Não nos parecendo que a maioria esmagadora se tenha conquistado com base na primeira hipótese, não nos restam grandes alternativas de escolha! -----

À CDU não nos bastam as conquistas, mas a forma como elas se alcançam. À CDU não nos bastam as conclusões, mas importa-nos, sobretudo, os processos. Não trocamos o conteúdo pela forma. Não abrimos mão da ética em troca de cadeiras, vencimentos, estabilidade, visibilidade ou protagonismo. Recusamos ver apenas o umbigo, em lugar de olharmos a partilha e o todo à nossa volta! Continuem a ganhar eleições de forma esmagadora e a hipotecar a vida colectiva, que nós manter-nos-emos firmes no combate, na proposta e na denúncia.-----

O nosso compromisso não é convosco! É com o povo e os trabalhadores deste país e deste concelho.-----

Por isso daremos sempre o nosso melhor em sua defesa!”-----

MOÇÃO “PELA RÁPIDA INSTALAÇÃO DE UM POLO (INTEGRADO NO FOR-MAR) DE FORMAÇÃO EM SEGURANÇA BÁSICA – STCW (CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA

**A FORMAÇÃO, CERTIFICAÇÃO E SERVIÇO DE QUARTOS A BORDO) NA NAZARÉ –
Coligação Democrática Unitária**

O Senhor Alexandre Isaac apresentou a Moção que se transcreve e que por unanimidade, foi aceite para discussão e votação:-----

“Pela rápida Instalação de um Pólo (integrado no FOR-MAR) de formação em Segurança Básica- STCW (Convenção Internacional para a Formação, Certificação e Serviço de Quartos a Bordo) na Nazaré, por forma a servir a região com maior peso relativo de marinheiros mercantes do país.-----

Tendo em consideração que a formação em Segurança Básica-STCW é de elementar importância para as profissões ligadas ao Mar;-----

Partindo do princípio que sem este tipo de formação, designadamente os Marinheiros Mercantes não poderem exercer a sua profissão;-----

Considerando que no curto/médio prazo ter-se-ão que criar condições para que o sector das Pescas possa ser abrangido integralmente por este tipo de formação para que se reduza a sinistralidade cronicamente elevada no sector; -----

Sabendo que a formação profissional para os marítimos em toda a zona centro é ministrada pelo FOR-MAR/núcleo de Peniche e Pólo da Nazaré e, quando se justifica, com acções descentralizadas na Foz do Arelho; Praia da Vieira e Praia de Pedrógão; -----

Atendendo a que (dados referentes a 2016) Peniche é o principal porto de pesca em termos de valor realizado em lota (30.836.878 euros), ocupando a Nazaré o 8º lugar (8.410.902 euros) num total de 47 lotas e postos de venda da Docapesca em todo o país; -----

Tendo em conta que a região da Nazaré na área da Marinha de Comércio assume, em termos relativos, a maior percentagem de marinheiros mercantes do país; -----

Sabendo que a instalação de um Pólo de formação em Segurança Básica – STCW, na Nazaré, servirá toda a região centro; -----



Tendo em conta que os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal da Nazaré, tomaram conhecimento de que centenas de candidatos têm sido “obrigados”, nos últimos anos, a realizar este tipo de formação, em Segurança Básica-STCW, para acederem à carreira de Marinheiros Mercantes fora da zona centro, com todos os prejuízos daí resultantes; -----

Constatando que o processo em curso de instalação deste pólo dura desde o final de 2014; Primeiro, devido à certificação de Qualidade e depois a certificação por parte da DGRM (Direcção-Geral de Recursos Naturais e Serviços Marítimos), sendo que a última visita desta entidade (DGRM) foi em Maio de 2017 e até agora não há qualquer avanço. -----

Entendemos que só com a instalação se restabelece a justiça, igualdade de oportunidades de formação e se alinha a prática discursiva, do propalado regresso ao mar, à prática efectiva de políticas objectivas de desenvolvimento do sector marítimo em Portugal. -----

Assim. -----

Tendo em vista o supra referido, pretende-se com esta moção, aqui apresentada pela CDU, que a AMN delibere: -----

1 - Solicitar a rápida instalação deste equipamento no pólo do FOR-MAR, porque é da mais elementar importância para a Nazaré e para toda a região centro, constituindo-se assim de elevado interesse público. -----

Se aprovada pela Assembleia Municipal da Nazaré deverá ser enviada para a tutela para que se desbloqueie esta situação o mais rapidamente possível, bem como para as entidades referidas acima.” -----

Na discussão e votação deste assunto, não se encontrava presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Nazaré.-----

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

RECOMENDAÇÃO “POR UMA AUTARQUIA COM PRECARIIDADE ZERO” – Bloco de Esquerda

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro apresentou uma recomendação à Câmara Municipal, que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

I. A precariedade laboral tem vindo a alastrar-se nos últimos anos e é hoje reconhecida como um dos maiores problemas sociais e económicos do país, degradando o Estado Social e a qualidade de vida da população; -----

II. Ao invés de promover as boas práticas e o cumprimento da legislação laboral, o Estado tem sido um promotor da precariedade, recorrendo frequentemente aos falsos recibos verdes, estágios, trabalho temporário e aos contratos emprego-inserção para suprir necessidades de trabalho permanentes; -----

III. Sabemos que as autarquias empregam muitos trabalhadores precários, em claro incumprimento da legislação laboral e desrespeito pelos trabalhadores, que pela natureza do seu trabalho deveriam ter vínculos de trabalho permanentes e consequentes direitos laborais; -----

IV. A qualidade dos serviços prestados aos munícipes e a sustentabilidade da autarquia são negativamente afetadas pela situação precária em que se encontram muitos trabalhadores que exercem funções essenciais e suprimem necessidades permanentes nos serviços autárquicos;-----

V. Só com a estabilidade temporal e a confiança dos trabalhadores se constroem boas equipas de trabalho, capazes de responder aos desafios que lhes são colocados e de melhorar os serviços, satisfazendo as necessidades locais;-----

VI. Existe um processo em curso para regularização dos trabalhadores precários do Estado, o PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública), num claro compromisso governativo para combater a precariedade;-----

VII. Esta Assembleia Municipal deve pugnar pelo cumprimento da legislação laboral e pelo bem estar de todos os trabalhadores do município, do sector público ao privado.-----



Assim, a Assembleia Municipal de Nazaré, reunida a 14 de dezembro de 2017, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, recomenda à Câmara Municipal de Nazaré:-----

1. A regularização e integração de todos os trabalhadores precários que desempenham funções em órgãos e instituições de gestão autárquica;-----

2. Exigir garantias de prática de salários dignos e vínculos estáveis às entidades privadas que prestam serviços à Câmara Municipal de Nazaré, tendo esta condição como critério essencial no momento dos concursos e contratações.”-----

A recomendação foi aceite por unanimidade e colocada à votação, foi aprovada por maioria, com dez votos a favor dos membros do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão e treze abstenções dos restantes eleitos.-----

O Senhor Carlos Filipe declarou que não lhe parecer que deva ser a Assembleia Municipal a fazer esta recomendação à Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Nazaré tomou o seu lugar.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.-----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – (apreciação)

O Senhor João Delgado solicitou os esclarecimentos como abaixo se indica: -----

“Questões sobre a área da Cultura e Património -----

Cine-Teatro: -----

A CDU tem conhecimento das obras que estão em curso no Cine-Teatro da Nazaré pelas movimentações verificadas nas imediações daquele espaço; -----

Temos também alguma informação divulgada nas redes sociais da CMN que algo está a acontecer naquele equipamento cultural da maior valia para o concelho; -----

Gostaríamos de perceber melhor, por parte de quem tem a responsabilidade da Cultura no executivo municipal o seguinte: -----

O que se pretende realmente para a activação daquele equipamento? -----

Que intervenções têm vindo a ser feitas? -----

Que plano de actividades está a ser traçado e para quando a publicação da sua agenda? -----

De que forma as associações culturais serão chamadas a participar no planeamento ou dinamização do equipamento em causa? -----

Vai ser revisto o Regulamento para utilização pelas Associações Locais? -----

Ainda sobre a Cultura: Gostávamos de saber qual o ponto de situação relativamente ao Museu Dr. Joaquim Manso? -----

Para quando as respostas que ficaram de enviar? -----

Sobre a informação Financeira-----

Regista-se uma clara incapacidade de execução das projecções orçamentais tanto na despesa como na receita. Com níveis de execução residuais de 24,2% e 23,3% respectivamente. O que nos leva a concluir que as metas orçamentais são meros formalismos para o executivo sem qualquer tipo de objectividade e realismo. -----

Quanto à dívida: aumenta mais 1 Milhão de euros, em números redondos, o que implica um acréscimo de 2,9%.-----

Mais um valor mal lançado contabilisticamente, mais uma parcela de dívida mal registada pelo anterior executivo, ainda que, efectivamente registada! Quantas movimentações deste género irão



acontecer mais? Será que para disfarçar falsos dados lançados sobre a redução da dívida, continuarão a aparecer mais “coelhos desta cartola”? -----

Sabemos da competência dos técnicos, assim como sabemos, das pressões e táticas de instalação do medo para que se arranjem justificações para as falácias políticas. -----

A CDU sempre alertou para o descalabro financeiro em que a CMN se afundava. As actas das assembleias municipais assim o podem comprovar! Os anteriores executivos sempre obrigaram os técnicos a dar-lhes cobertura, justificando o injustificável. O resultado está à vista! No entanto, técnica e financeiramente sempre diziam que caminhava tudo no bom sentido!-----

Relativamente ao Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) e à falta de comunicação pública externa com a população, durante os incêndios rurais do passado Verão, em zonas próximas da Nazaré, a CDU entende que não existiu da parte do SMPC a devida e necessária informação e avisos de prevenção que se impunham, devido ao facto de um dos grandes incêndios estar a acontecer muito próximo de nós, levando à agitação e preocupação da população que nada sabia do que estava, ou não, a acontecer no concelho.-----

Nesse sentido, e, por forma a prevenir eventuais catástrofes como as que ocorreram no Verão passado, deixando o rasto de morte e destruição conhecidos, mas a que fomos poupados pela natureza, importa referir e questionar:-----

1 - Julgamos saber que o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil da Nazaré, tal como tantos outros que se encontravam desactualizados, foi actualizado a 26 de Outubro de 2017. Sabendo nós que o mesmo deveria ter sido revisto e actualizado até 6 de Agosto de 2014, conforme consta da página 13 do mesmo. O que foi feito desde 2014 até 2017 nesta matéria não sabemos Sr. Presidente, por isso perguntamos:-----

P: -. Está em condições de informar a AM que o documento foi devidamente actualizado e está de facto homologado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, ANPC?-----

2 - Agora que estamos no Inverno e as inundações e os deslizamentos de terras, também são por

vezes catastróficas e podem acontecer em todo o lado perguntamos:-----

P: - Entende o Sr. Presidente da CMN que o Serviço Municipal de Protecção Civil está equipado e a trabalhar diariamente no estudo, na prevenção e na protecção das pessoas, bens e ambiente do nosso concelho?-----

3 – Em nosso entendimento, de nada servem os Planos de Emergência se eles não forem de conhecimento generalizado e devidamente treinados por todos, aliás como a legislação obriga.

Assim:-----

P: - O Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil da Nazaré é exercitado sazonalmente pelas entidades que estão nele identificadas como agentes de protecção civil e pela população a quem se dirige?-----

Transparência -----

Não esquecer de pedir a colocação na página da Internet da autarquia e o envio aos membros da AMN dos nomes das pessoas nomeadas para fazer parte dos gabinetes de apoio, o seu nível de formação académica e, bem assim, os valores auferidos.-----

Tudo isto sabemos que irá ser feito, a título da transparência que sabemos que o PS local tanto promove!-----

FAM – Fundo de Apoio Municipal-----

Perguntar também se o apoio pedido ao FAM, no valor de mais de 35 milhões de Euros, já foi desbloqueado para a Nazaré? No final de 2016 não tinha sido!-----

O que pode e deve a AMN saber sobre isto?”-----

O Senhor Joaquim Pequicho questionou sobre valores relativos a bens de capital inscritos no orçamento se estão a influenciar o valor global da dívida, bem como se procedimento relativo ao apoio de transição está a ser cumprido pelo Município. -----

Em resposta aos quesitos, o Senhor Presidente da Câmara informou que a explicação para o questionado está na documentação fornecida à Assembleia e que os serviços de contabilidade da



autarquia efetuaram os devidos registos, tendo o valor deixado de fazer parte do valor total da dívida do Município. Sobre o reembolso dos fundos comunitários, o processo está em execução, existindo uma grande colaboração do Dr. António Leitão Amaro, responsável nacional do Fundo de Apoio Municipal.-----

Sobre o Museu Dr. Joaquim Manso, disse que está a ser preparado, em conjunto com o Museu, da transferência do espólio para a Câmara, para que se possam efetuar as obras necessárias, conforme o projeto existente efetuado pelo Arquiteto Siza Vieira, indo o Ministério da Cultura contactar o Arquiteto para a melhor resolução do assunto, existindo uma premissa com aquele Ministério para a assunção dos encargos com o pessoal, situação que deverá ser ainda aprovado pela Câmara. Não sabe informar para quando o início das obras, estando o valor para as mesmas, incluído em orçamento.-----

O equipamento destinado ao Serviço Municipal de Proteção Civil está muito mais capacitado do que existia anteriormente. -----

Seguidamente tomou a palavra o Senhor Vereador Manuel Sequeira, e sobre o Cine-Teatro informou que estão a tratar dos problemas existentes com a execução das necessárias obras, pretendendo-se dar uma melhor dignidade àquele espaço, existindo já calendarizada uma programação para aquele espaço, passando por atividades de cinema, teatro e dança, estando também o espaço aberto às associações do concelho. -----

O Senhor Vereador Orlando Rodrigues informou sobre as ações de prevenção desenvolvidas na área da Proteção Civil contra Incêndios, na área de Raposos e Serra da Pescaria, não tendo havido problemas no nosso concelho, lamentando o alarmismo transmitido às populações da freguesia de Valado dos Frades. A capacidade de resposta do Serviço Municipal de Proteção Civil tem sido boa e lembrou acontecimentos ocorridos com as tempestades – queda de árvores e de sinalização de trânsito, tendo sido debelados de imediato, com a proteção de pessoas e bens.---

O Senhor Alexandre Isaac registou e agradeceu as informações, mas a informação que a

Coligação Democrática Unitária pretende, são explicações técnicas, não se pretendendo lançar falsos alarmismos e que em tudo existem regras e na política também as há. -----

Solicitada a intervenção da Chefe de Divisão Administrativa, informou que o ambiente existente na Câmara Municipal é da melhor cordialidade, pretendendo-se trabalhar da melhor maneira e obter os melhores resultados. -----

Quanto às perguntas sobre questões financeiras apresentadas pelo Senhor Joaquim Pequicho, forneceu explicações técnicas, não existindo um aumento da dívida e o que tem sido feito no que respeita ao Fundo de Apoio Municipal, tm sido tudo previamente acordado com os responsáveis daquele Gabinete.-----

O Senhor João Delgado agradeceu as respostas dadas relativamente aos equipamentos da Cultura. -----

O Senhor José Sales disse ter gostado das intervenções havidas e lembrou o prazo médio de pagamentos do Município, que encurtou, em cerca de um ano. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Nazaré esclareceu sobre os fornecimentos de água no concelho, não existindo situações de alarmismo como os ocorridos na freguesia de Pataias, concelho de Alcobaça. -----

Tomado conhecimento.-----

2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ PARA O ANO DE 2018; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ PARA O ANO DE 2018 – *Apreciação e votação*

O Senhor Joaquim Pequicho disse serem importantes as votações ocorridas no último ato eleitoral, face aos programas eleitorais dos vários concorrentes. Não concorda com a estratégia



agora apresentada, havendo dúvidas e reservas quanto aos documentos agora apresentados. ----

O Senhor Alexandre Isaac efetuou a leitura do seguinte documento: -----

“Quanto aos documentos em discussão, eles denotam o que temos vindo a referir quanto à forma de governar do PS local: não correspondem às promessas feitas em campanha, nem às necessidades da população. Em nada diferem dos apresentados pelos anteriores executivos. -----

A consolidação do abaixamento da dívida é uma miragem. -----

Pelo contrário, temos certeza bem firmada de que a dívida aumentou. Assim se coloquem os valores dos empréstimos contraídos em cima das dívidas a fornecedores e à banca e veremos quem tem razão. -----

Queremos afirmar também que não acreditamos em mais achamentos de facturas não registadas, nem contabilizadas. Ou de facturas mal registadas. Isso são espertezas que mais tarde ou mais cedo aparecerão desmascaradas em um qualquer relatório da Inspeção Geral de Finanças, como já aconteceu. -----

Honestamente, não encontramos justificação para o enorme aumento deste orçamento em mais de 5 milhões de Euros em relação ao do ano anterior, que, por sua vez já tinha aumentado mais de 3 milhões. Este aumento de quase 9 milhões de Euros em dois anos devia deixar todos muito preocupados. Isto devia ser muito bem esclarecido nesta AM e muito bem documentado pelo executivo. A CDU exige que nos seja enviada toda essa informação e documentos comprovativos. Ainda estamos à espera da justificação que ficaram de nos enviar no ano passado sobre o aumento do orçamento. Pode ser que agora venham as duas juntas! -----

Bem nos podem mandar os documentos orçamentais com os números bem distribuídos e organizados, de maneira a tudo bater certo e a dar a impressão que a coisa até vai ser bem gerida: não acreditamos neles porque a realidade já nos ensinou a não acreditar. -----

E para que não digam que falamos sem dados oficiais, baseamo-nos no Alerta Precoce da DGAL que nem a Câmara nem a AM eram informadas de que ele existia, não fosse a CDU a fazê-lo. Ali

se vê que 70% do orçamento do ano passado não foi cumprido. Mais palavras para quê? -----

Mais uma vez contestamos também a falta de aprovação do Orçamento e Plano da Empresa Municipal Nazaré Qualifica, junto com os restantes aqui apresentados. -----

Continuamos a defender que é obrigatória a sua aprovação na Assembleia Municipal, conforme decorre do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e não vir aqui apenas para conhecimento, como mais à frente iremos ver. -----

Só isto já é razão suficiente para a nossa posição de voto contra.” -----

Ausentou-se dos trabalhos o Senhor Edmundo Barbosa.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse ser um facto o aumento do valor da dívida, face aos documentos técnicos apresentados pelo Executivo. Falou sobre a diversidade da dívida existente, que é do conhecimento de todos, que vem de há vários mandatos anteriores ao seu, tendo um grande impacto com a taxa de execução, existindo da sua parte, uma preocupação pela taxa de execução orçamental; atualmente a despesa corrente é paga com grande celeridade e a dívida existente tem que estar expressa em orçamento.-----

Colocado o assunto à votação, foi deliberado, por maioria aprovar, com sete votos contra da Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e Senhores Sónia Conceição, Abílio Marques, Joaquim Pequicho e Maria de Fátima Duarte, uma abstenção do Senhor António Nunes e quinze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Carlos Filipe apresentou a declaração de voto que se transcreve: -----

“Os membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, votam favoravelmente o "Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal e Orçamento da Receita e da Despesa da Câmara Municipal da Nazaré para o ano de 2018, Plano Plurianual de Investimentos, Mapa de Pessoal e Orçamento da Receita e da Despesa dos Serviços Municipalizados da Nazaré para o Ano de 2018 (666/2017)", com a consciência de que aqui está plasmada a realidade do Município da Nazaré:-----



Uma realidade que tem como principal factor limitador da acção do órgão executivo, a todos os níveis, uma dívida desproporcional — ainda que tenha sido reduzida substancialmente pela gestão do PS no último mandato autárquico;-----

Uma realidade atenta à gestão criteriosa e sustentável dos recursos, de forma a manter o melhor equilíbrio entre programa de atividades, orçamento, receitas e despesas;-----

Uma realidade que, apesar de todos os constrangimentos diários, assume que o investimento é fundamental para o desenvolvimento do território e para reduzir as desigualdades;-----

Uma realidade atenta à conservação do património e à preservação de valores tradicionais, sem descurar o progresso;-----

Uma realidade que não esconde dívida. Uma dívida que aqueles que a geraram optam por secundarizar — talvez na expectativa de que caia no esquecimento -, e que outros, pela conveniência narrativa de sempre, preferem ignorar. Não considerar a dívida como o maior problema do Município da Nazaré, e sonegar o peso que esta tem na elaboração destes documentos, é uma alienação da realidade e, conseqüentemente, da procura de soluções para os problemas reais do Concelho da Nazaré.-----

Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré”-----

O Senhor João Delgado apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 2 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Mais uma vez recebemos documentos previsionais com os quais não podemos manifestar outra forma de votação senão a que acabámos de fazer. -----

Sentimos que ao fazê-lo estamos do lado de todos os que não se revêem neste executivo de maioria socialista mas que de socialista tem muito pouco, ou mesmo nada. -----

Não acompanhamos estes Orçamentos e Planos por variadíssimas razões que se prendem, na maior parte dos casos, com o facto de não acreditarmos no que nos é apresentado de forma

mentirosa e com números que espelham bem a contrariedade do que tem sido afirmado pela maioria PS no executivo municipal. -----

Pelos documentos agora conhecidos, podemos afirmar que as contas do município estão muito pior do que o executivo quer fazer crer à população. Se fosse verdade que a dívida baixou o que o executivo diz tê-la reduzido, mais de 11,5 Milhões de Euros, menos 24,5%. Então como explicam que os orçamentos para o próximo ano tenham aumentado mais de 5.184.547,03 Euros? Quem pode acreditar na diminuição da dívida com aumentos de valores desta natureza? -----

E não aceitamos que seja devido ao aumento dos custos com o pessoal, pois a contratação só poderia ocorrer se não aumentem esses custos. Disso foi mesmo dado conhecimento e teve a concordância do Sr. Presidente e do executivo anterior que aprovou a abertura dos concursos.----

Cada vez mais o número que dizem ter baixado a dívida se encontra mais distante dos valores dos orçamentos apresentados. Se a dívida tivesse baixado o que divulgaram em campanha eleitoral, com certeza não precisavam agora de números tão elevados no orçamento que obrigatoriamente deveriam baixar para os reais valores das receitas. -----

Por muitas voltas que dêem às contas, não conseguem fazer desaparecer a dívida que sempre disseram ter forma de resolver. Mais mentiras que não esquecemos, nem deixamos esquecer. Foram essas mentiras que vos colocaram aí! -----

Agora que já venderam praticamente a totalidade do património da autarquia, quase ao desbarato e depois de terem aplicado o valor dessas vendas sabe-se lá onde, já não restam mais alternativas ao executivo, do que andar a pedir aqui para pagar ali. Mas parece que nem isso conseguem fazer a preceito, pois os 35 milhões que pediram ao FAM no início de 2016, ainda não foram desbloqueados por falhas na organização e elaboração do pedido. Foi solicitada pela direcção do FAM a reformulação do processo, conforme se pode constatar no relatório do FAM de 2016. -----



Para se ficar com uma ideia verdadeira do que se passa agora que já estamos no final de 2017, só esperando mais uma vez pelo relatório do FAM deste ano. -----

E assim, ano após ano, desde 2012, toda a população é chamada a pagar os impostos no máximo, devido às tropelias dos executivos que nos têm desgovernado, ora com pedidos de empréstimos ao PAEL, ora ao FAM. -----

Existem outras causas que nos deixam muito apreensivos quanto à possibilidade de uma verdadeira execução do orçamento que apresentam. As baixas execuções orçamentais são já um vício antigo, que em nada contribui para o bom desempenho do executivo, que, aqui, apresenta mais um orçamento com valores fora da realidade, o que irá levar ao terceiro e último aviso da DGAL, por não cumprimento, antes da aplicação de sanções. -----

Quanto às GOP: lamentamos que ainda continuem a utilizar a mesma base de trabalho que copiaram no início do mandato anterior mas que até adaptaram mal à nossa realidade. Na verdade, não conseguem cumprir grande parte do que ali prometem. Como exemplo, deixamos aqui a falta de concretização do projecto vencedor do orçamento participativo de 2017, no valor de 10 mil Euros, para alargamento e alterações no Canil Municipal. Até nisto são elementares, quando colocam no orçamento um valor diferente do que foi antes aprovado e não aplicado. É apenas um dos erros do Orçamento. Falhas que a CDU identificou e avisou. Mesmo tendo todos os vereadores socialistas a “trabalhar” a tempo inteiro, não vemos nestes documentos mais-valia em relação aos anteriores. Uma lástima. -----

Por tudo o exposto e porque os elementos da maioria deste novo executivo transitaram do anterior, não vamos também acreditar numa mudança neste executivo para que não se venha a falar relativamente aos casos de justiça em que se vê envolvido: não cumprindo decisões dos tribunais; não respondendo sequer às solicitações de esclarecimento que por eles lhes são colocadas; entrando em permanente conflito com tudo e com todos quando o tema é justiça; que não permite o escrutínio à sua forma de trabalhar; que não respeita o trabalho da oposição; que

não aceita as opiniões e propostas de quem tem visão política diferente; que esconde informação; que a manipula; Etc. Etc. -----

Não podemos acreditar neste executivo que de forma surreal, qual regime prepotente, apenas se continua a promover até à exaustão. Nomeadamente o seu presidente, que não tem parado de passear pelo país e pelo estrangeiro, gastando o dinheiro que diz que não temos para subsidiar o transporte escolar aos alunos que querem estudar cursos que cá não há, mas que para ele passear não falta. -----

O orçamento agora apresentado não mostra intenção de alteração das políticas que têm sido levadas a cabo até aqui. Não fomenta o apoio social às famílias mais desfavorecidas, nem às organizações comunitárias que lhes prestam apoio. -----

Não ajuda as pessoas. Logo, não está de acordo com o que a CDU defende para a Nazaré e para os seus municípios. -----

Não cria mais desenvolvimento, não perspectiva criação de mais emprego estável e com direitos para todos e nem produzirá mais bem-estar à população em geral. -----

Apesar de estarmos perante documentos de intenções, que encerram uma natureza essencialmente técnica, de gestão financeira, dos mesmos podemos e devemos extrapolar conclusões de natureza política. Esse é o nosso papel enquanto membros eleitos neste órgão. Foi isso que fizemos quando analisámos estes documentos. -----

No seguimento de outros orçamentos apresentados a esta casa pelo líder do executivo, só podemos concluir o que já aqui denunciámos por diversas vezes: uma ausência de estratégia para o nosso Concelho. Uma navegação ao sabor das marés, exactamente a clonagem dos métodos criticáveis de anteriores executivos de má memória, bem expressa agora na especulação com a receita orçamental prevista. É no que dão as grandes maiorias! -----

Longe vão os tempos em que os eleitos socialistas criticavam ferozmente a falta de realismo dos números apresentados em orçamentos bem mais baixos do que este. -----



*E agora senhores? Sentem-se confortáveis com estes números? -----
Nós não! Porque sabemos bem onde isto nos irá levar. E porque também sabemos o que custa
pagar tanto a quem ganha tão pouco. -----
É por estarmos do lado dos mais vulneráveis que votamos contra esta proposta de orçamento e
restantes documentos, que em nada os favorecem.”-----
O Senhor Edmundo Barbosa retomou o seu lugar.-----*

3. PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO 2018 – Apreciação e votação

*A Assembleia deliberou, por unanimidade, discutir os pontos 3, 4 e 5 em conjunto, fazendo-se a
votação em separado.-----*

*Não se registaram intervenções.-----
Deliberado, por maioria aprovar, com cinco votos contra dos Senhores Sónia Conceição, Abílio
Marques, Joaquim Pequicho, Maria de Fátima Duarte, António Nunes, duas abstenções do
Senhor Edmundo Barbosa e Bloco de Esquerda e dezassete votos a favor dos restantes membros.-*

O Senhor Joaquim Pequicho apresentou a seguinte declaração de voto:-----

*“ Os membros eleitos pelo PSD vêm apresentar declaração de voto contra a proposta
apresentada pela atual maioria relativo à PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O
RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)- ANO 2018 , nos seguintes termos:-----*

*Considerando que os munícipes do Concelho da Nazaré continuam a ser pesadamente
penalizados em termos de diversos impostos e taxas, esta participação de 5% no IRS a favor do
município no valor de 449.604 euros é mais um dos esforços contributivos a suportar pelas
famílias que não têm reflexos na contenção e rigor na despesa prevista para a ano 2018,
conforme estipula a Lei nº 53/2014 , de 25 de Agosto, que estabelece o “Regime Jurídico da
Recuperação Financeira Municipal”, nomeadamente nas alíneas j) k) e l) do artigo 35º .-----*

Face aos pressupostos anteriormente enunciados, entendem os eleitos pelo PSD à Assembleia

Municipal, apresentar o voto "contra" esta proposta, pois entendem ser possível, compatibilizar um bom serviço público prestado às populações com uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos de forma a atingir o mais rápido o desafogo financeiro, justificando dessa maneira os sacrifícios pedidos às populações.”-----

4. PROPOSTA LANÇAMENTO DA TAXA DE DERRAMA – ANO 2018 – Apreciação e votação

Deliberado, por maioria aprovar, com cinco votos contra, dos Senhores Sónia Conceição, Abílio Marques, Joaquim Pequicho, Maria de Fátima Duarte, António Nunes, três abstenções da Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e dezasseis votos a favor dos restantes membros.-----

5. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO 2018 – Apreciação e votação

Deliberado, por maioria, aprovar, com seis votos contra do Partido Social Democrata, três abstenções do Bloco de Esquerda e Coligação Democrática Unitária e quinze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Joaquim Pequicho apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“Os membros eleitos pelo PSD vêm apresentar declaração de voto contra a proposta apresentada pela atual maioria relativo à FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) - ANO 2018, nos seguintes termos:-----

Considerando que a manutenção das taxas de IMI em valores máximos coloca o município da Nazaré em desvantagem competitiva em matéria de atratividade de investimento nesta área para além de penalizar fortemente os residentes no concelho, chegando esta penalização a um acréscimo de 50% relativamente aos concelhos vizinhos da Nazaré.-----

- Considerando que este esforço contributivo das famílias aqui residentes não é refletido no rigor e contenção da gestão autárquica, nomeadamente, na atribuição de cargos de natureza política,



naturalmente vistos como prémios de natureza partidária e não como necessidades de prestação de serviço público.-----

- Considerando a passividade que o executivo do Partido Socialista manteve ao permitir a majoração dos coeficientes de localização da qual resultou o natural aumento do valor patrimonial dos prédios sujeitos à aplicação da taxa máxima de IMI, aumentando deliberadamente o valor do IMI a pagar no concelho da Nazaré quando poderia intervir no sentido contrário.-----

- Considerando que estas taxas de IMI não são acompanhadas de medidas de rigor e controlo na gestão dos dinheiros públicos como estipulam as alíneas j) k) e l) do nº1 do artigo 35º da Lei nº 53/2014, de 25 de Agosto, que estabelece o “Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal”.-----

Face aos pressupostos anteriormente enunciados, entendem os eleitos pelo PSD à Assembleia Municipal, apresentar o voto "contra" a proposta de fixar o IMI para 2018, os valores de 0,8% para prédios rústicos e 0,45% para prédios urbanos, pois entendem ser possível, compatibilizar um bom serviço público prestado às populações com uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos de forma a atingir o mais rápido o desafogo financeiro, justificando dessa maneira os sacrifícios pedidos às populações.”-----

6. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – ANO 2018 – Apreciação e votação

O Senhor Presidente informou que se trata apenas de uma atualização à taxa de inflação.-----

O Senhor Abílio Marques referiu que o aumento se refletirá também sobre os Municípios, havendo muitos Municípios que já acabaram com esta taxa, sugerindo uma reflexão sobre a sua aplicação.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta, informou que tem havido um grande investimento das Operadoras, com uma grande concorrência entre elas, no sentido de obter mais aderentes aos serviços, e esta taxa não deve ser imposta aos Municípios.-----

Deliberado, por maioria aprovar, com seis abstenções do Partido Social Democrata e dezoito votos a favor dos restantes membros.-----

7. EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO SOB A FORMA DE CONTA CORRENTE CAUCIONADA – Apreciação e Votação

Não existiram intervenções.-----

Deliberado, por maioria aprovar, com dois votos contra da Coligação Democrática Unitária, cinco abstenções dos Senhores Sónia Conceição, Abílio Marques, Fátima Duarte, Joaquim Pequicho e Bloco de Esquerda e dezassete votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Alexandre Isaac apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 7 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Mais uma vez e pelo quinto ano consecutivo, o executivo municipal envia a esta Assembleia este processo para autorizar a contratação de mais um empréstimo. Neste caso de curto prazo sob a forma de conta corrente caucionada.-----

Esta é mais uma operação que onera o município em mais uns milhares de Euros em juros no final do próximo ano.-----

Pelo acima dito, já era motivo para nos opormos a este pedido de empréstimo.-----

Acontece que, também mais uma vez, o procedimento vem mal elaborado e com falta de informação e de documentos, sendo por isso muito importante deixar uma vez mais aqui registado o seguinte:-----

1º. – O executivo não enviou a esta Assembleia Municipal, - tal como nos anos anteriores também não enviou -, todos os documentos necessários ao completo e perfeito conhecimento de todo este processo;-----

2º. – A Lei 73/2013, de 3 de Setembro, no seu artigo 49º., nº. 5, indica e obriga que, ”O pedido de autorização à assembleia municipal para a contracção de empréstimos é obrigatoriamente



acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.”. Isto é o que está na Lei. -----

Todos aqui bem sabemos que estes documentos não foram mais uma vez, como nunca foram antes, apresentados aos membros desta AM neste tipo de procedimento. -----

Nem pelos serviços, nem pelo executivo, nem sequer pela Mesa da AMN, pelo que nunca foi cumprida aquela obrigação legal na sua plenitude. No que diz respeito às condições apresentadas obrigatoriamente por três instituições de crédito, aqui apenas nos são apresentadas duas propostas, o que, na nossa interpretação da Lei entendemos ser errado. -----

Tal como entendemos que a recusa de apresentação de proposta pelo banco, não é, em si, uma proposta. Até porque há mais bancos para consultar, não havendo em lado algum indicação e que tenham que ser consultados apenas os que têm agências no concelho. E se não houvesse nenhuma agência no concelho? -----

Também quanto ao envio à Assembleia Municipal dos necessários mapas demonstrativos da capacidade de endividamento do município, nenhum desses mapas consta neste processo. Nada disto nos foi apresentado, pelo que, não poderá ser, quanto a nós, devidamente discutido e votado este assunto. Lamentamos que a Mesa da AMN não esclareça devidamente junto do executivo, e não nos esclareça, o porquê da falta de documentos nos pontos que são agendados. Decididamente, tal como no anterior mandato, esta Mesa da AMN não vai fiscalizar nada! -----

Como já antes referimos, a CDU até poderia aceitar este tipo de procedimento desde que os processos estivessem bem-feitos, bem temporizados e, principalmente, completos. -----

Acresce ainda a tudo isto o facto de existir um empréstimo de Apoio Transitório de Urgência (ATU), no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor de 7.4 milhões de euros, que tem que ser pago, e que, por isso mesmo, obriga o município e o executivo municipal a apresentar um Plano de Ajustamento Municipal (PAM), que ainda não foi presente a esta Assembleia, nem

nos foi dado qualquer conhecimento da actual situação do pagamento ou do abatimento desse empréstimo, tal como nada sabemos do eventual encerramento do processo PAEL. -----

Reforçamos que estes empréstimos de curto prazo têm que ser pagos na sua totalidade, capital e juros, no último dia do ano a que se referem. Mais uma vez, reforçamos também que não seria descabido o envio aos membros desta assembleia da folha demonstrativa do saldo actual da conta corrente caucionada referente ao ano de 2016 e que vai ser fechada dentro de quinze dias. Assim sim, existiria total transparência no procedimento. Mas essa parte sabemos bem que não é para nos ser dado conhecimento. -----

Perante o exposto, quer seja pela má apresentação deste processo ou pela falta de propostas e documentos, a CDU vota contra.” -----

8. APROVAÇÃO DOS PROJETOS DAS ORU’S – Apreciação e votação

O Senhor João Delgado efetuou uma recomendação no sentido de quando houver situações deste nível a discutir, que exista um período mais alargado para recolha de eventuais contributos pelo menos das populações mais diretamente visadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara desejou votos de um mandato profícuo para o bem-estar das populações e dado a complexidade técnica do assunto em apreço, se autorizasse a Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico a explicar o que se pretende com esta aprovação das ORU’S. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a documentação já tinha sido distribuída aos membros da Assembleia há cerca de quinze dias.-----

Dada a palavra à Chefe da Divisão, esta informou tecnicamente sobre a questão e o que se pretende com o pedido de aprovação e respetiva tramitação deste procedimento, bem como eventuais benesses para as populações. -----

O Senhor Joaquim Pequicho referiu que é necessário que todos os Municípios possam ter os mesmos direitos.-----



Deliberado, por maioria, aprovar com sete abstenções da Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e dos membros Sónia Conceição, António Nunes, Abílio Marques, Joaquim Pequicho e dezassete votos a favor dos restantes membros.-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte declarou que votou favoravelmente em coerência com o seu voto, enquanto Vereadora no último mandato no Executivo Municipal.-----

O Senhor Joaquim Pequicho informou que a sua abstenção resulta do que anteriormente afirmou.

9. MINUTA DE CONTRATO – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – OESTELED – OESTECIM – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – *Apreciação e votação*

Não existiram intervenções. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

10. EMPREITADA DE CONCLUSÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE FAMALICÃO – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – *Apreciação e votação*

O Senhor João Delgado questionou se o Tribunal de Contas visou o procedimento ao que a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira informou que não existe ainda essa fase no processo.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

11. DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PÚBLICO PRIVADO DO MUNICÍPIO – CAMARÇÃO – FAMALICÃO – *Apreciação e votação*

Não se registaram intervenções. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

12. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL – *Plurianualidade Financeira – Apreciação e votação*

O Senhor João Delgado entende que este assunto, bem como o seguinte, deveria ser retirado da ordem de trabalhos da sessão, visto que na documentação existente, o título do assunto não refere a plurianualidade financeira do procedimento, solicitando o esclarecimento.-----

O Técnico Superior Ricardo Mendes informou que se trata unicamente do envio à Assembleia Municipal para autorização da plurianualidade financeira no procedimento. Também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira interveio, dizendo que se trata efetivamente da autorização da plurianualidade financeira para a abertura do concurso e que seria acrescentado ao título tal designação. Tal procedimento deveria ser igualmente adotado no assunto seguinte da ordem de trabalhos.-----

O Senhor João Delgado agradeceu a informação e referiu que a Coligação pretende votar em consciência e em conformidade com o enunciado no assunto.-----

Passando-se à votação, foi deliberado, por maioria, aprovar, com seis abstenções do Partido Social Democrata e dezoito votos a favor dos restantes membros.-----

13. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL CANALIZADO – Plurianualidade Financeira – Apreciação e votação

Neste assunto, tal como no anterior, foi alterado o título, acrescentando-se a plurianualidade financeira, não se registando intervenções. -----

Deliberado, por maioria, aprovar, com cinco abstenções dos Senhores Sónia da Conceição, António Nunes, Abílio Marques, Fátima Duarte, Joaquim Pequicho e dezanove votos a favor dos restantes membros.-----

14. MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE VALADO DOS FRADES – Apreciação e votação

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----



15. MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO – *Apreciação e votação*

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

16. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES AO FUNCIONAMENTO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DA PEDERNEIRA, VALADO DOS FRADES, FAMALICÃO E FANHAIS – PLURIANUALIDADE FINANCEIRA – *Apreciação e votação*

O Senhor João Delgado informou que igualmente ao anteriormente indicado nos pontos 12 e 13 da ordem de trabalhos, entende que deverá ser acrescido ao título a plurianualidade financeira, o que foi acordado por todos.-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte questionou sobre os trabalhos contratualizados, ao que o Senhor Presidente da Câmara e o Técnico Superior Ricardo Mendes informaram sobre as atividades a realizar, mantendo-se a gestão sob a alçada dos serviços municipais.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com seis abstenções do Partido Social Democrata e dezoito votos a favor dos restantes membros.-----

17. CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL, LDA – CULTURA – *Apreciação e votação*

Ausentou-se o Senhor José Sales.-----

A Assembleia deliberou, por unanimidade, discutir em conjunto os pontos 17 a 24, sendo a votação respetiva efetuada em separado.-----

O Senhor Joaquim Pequicho disse ser um esvaziar das competências e recursos da Câmara e Serviços Municipalizados para a empresa municipal Nazaré Qualifica, pois esta quando foi

constituída tinha uma função distinta, daquela que gradualmente tem vindo a assumir, de forma crescente, quanto ao garante da participação dos eleitos, e dos princípios e valores dos Serviços e da Câmara; não concordam com esta estratégia, conforme assinalaram em período eleitoral, devendo a empresa voltar à sua essência, com uma missão distinta quando foi formada.-----

O Senhor Alexandre Isaac referiu a Nazaré Qualifica ser um “atalho” existente e que se está a transformar numa “auto-estrada”, estando este princípio a ser seguido por muitos Municípios, não conseguindo destrinçar entre a Nazaré Qualifica e a Câmara Municipal, onde começam e acabam as respetivas atribuições. Recordou a atuação do membro da Coligação Democrática Unitária, Senhor António Caria dos Santos, quando este criticava a falta de transparência e dificuldade de controlo, situação também referida pelo Tribunal de Contas, mantendo-se os mesmos princípios e por isso o seu Grupo iria votar contra.-----

O Senhor Jorge Ribeiro recordou que foi o Executivo do Partido Social Democrata que criou esta Entidade e informou que o Bloco de Esquerda sempre esteve contra a existência da Nazaré Qualifica; lembrou o Acórdão do Tribunal de Contas e por isso, iria votar contra nos assuntos em apreciação. -----

O Senhor Joaquim Pequicho disse concordar, evocou também o Acórdão do Tribunal de Contas e subscreve a intervenção do Senhor Alexandre Isaac.-----

O Senhor José Sales lembrou a atividade do Executivo do Partido Social Democrata, anterior ao último mandato, quando aconteciam também uma série de contratos programa e recordou o passado quando se pretendia a privatização das águas.-----

O Senhor Presidente da Câmara em resposta às intervenções efetuadas, referiu que não existe esvaziamento de competências da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados em favor da Nazaré Qualifica, sendo os contratos programa um meio legal para a execução mais célere de alguns serviços, não havendo contornos no plano legal, sendo tudo comunicado ao Tribunal de Contas, referindo como exemplo, os contratos programa e as atividades que se pretendem aplicar,



criticando o modo como anteriormente eram efetuados os contratos programa.-----

Referiu as questões apresentadas pelo Tribunal de Contas, quanto aos indicadores de eficácia e eficiência e contabilidade analítica, que estão a ser cumpridos; falou igualmente sobre os pagamentos que foram efetuados no último mandato, que possibilitaram ultrapassar as questões da Caixa Geral de Aposentações e de Finanças, estando a cumprir com o preceituado na Lei das empresas municipais, não existindo qualquer ilegalidade.-----

O Senhor Joaquim Pequicho em resposta, pretendeu clarificar a situação quanto ao mandato passado, disse ser uma questão de opções estratégicas, não se podendo continuar a invocar o passado.-----

O Senhor João Delgado referiu que nos mandatos do anterior Presidente da Câmara, foi criado um 'monstro' chamado Nazaré Qualifica e gostaria de lembrar atitudes anteriores dos atuais eleitos no Executivo, quando na altura eram oposição. -----

O Senhor Joaquim Pequicho indicou que existem outras alternativas para a Nazaré Qualifica, tal como já anteriormente explanara em Assembleias Municipais realizadas.-----

Sendo meia-noite, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros, a continuação da sessão, tendo a Assembleia deliberado, por unanimidade, dar continuidade aos trabalhos. -----

A Senhora Maria de Fátima Duarte disse sentir-se orgulhosa de sempre ter pertencido ao Partido Social Democrata e sempre respeitou o que os outros pensavam, devendo respeitar-se os votos dos Municípes que democraticamente votaram no Partido Social Democrata durante vinte anos. Por último questionou se existe resposta ao pedido de Visto ao Tribunal de Contas em anteriores contratos-programa e lembrou o Acórdão daquele Tribunal, que é do conhecimento da Assembleia, onde se fala na existência de situações gravosas, preocupando-a a existência de irregularidades nos contratos.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com oito votos contra do Bloco de Esquerda, Coligação Democrática Unitária, Senhores António Nunes, Sonia Conceição, Abílio Marques, Maria de Fátima Duarte e Joaquim Pequicho, uma abstenção do Senhor Edmundo Barbosa e catorze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro efetuou a seguinte declaração de voto:-----

“O representante do BE na AM da Nazaré vota contra pelos seguintes motivos:-----

Desde sempre que o BE é contra a existência da empresa municipal Nazaré Qualifica por considerar que os serviços municipais poderiam muito bem executar as tarefas desta empresa. Para além disso, o Tribunal de Contas, no passado recente, questionou os contratos programa celebrados entre a CMN e a NQ.”-----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 17 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Tal como referimos durante a discussão deste assunto, continuamos a assistir à esperteza dos contratos programa entre a CMN ou os SMN e a Nazaré Qualifica Empresa Municipal, feitos exclusivamente para promover a subsistência da Empresa Municipal, que, só por si, não consegue resistir. Para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro para a Empresa Municipal que não consegue gerar com trabalho. -----

Como sempre temos defendido até aqui, estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, que ainda não conhecemos, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal. Devem ser enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise. Essa transparência continua a não acontecer para nós, membros desta AM, e também para o Tribunal de Contas (TC), que deverá estar ainda a acompanhar e a fiscalizar os contratos anteriores, caso já os



tenham enviado, e que, temos esperança, venha a fiscalizar também estes, que, na sua génese, são iguais, feitos da mesma maneira e comportando os mesmos erros anteriormente já descobertos por aquela entidade. -----

Lembramos mais uma vez o Acórdão n.º 4/2016-13ABR-1ª.S/SS, agora já transitado em julgado.

Não compreendemos como foi possível ao executivo municipal da Nazaré, tendo conhecimento da fiscalização do TC a este tipo de contratos programa apresentados nos anos anteriores, sabendo que os procedimentos já foram censurados por aquele tribunal, continue a trazer à AMN contratos programa iguais para obter a nossa aprovação, exactamente mantendo os mesmos erros e ilegalidades detectadas. -----

Bem esteve a CDU ao votar contra os anteriores e bem vai ficar votando contra estes. -----

Se os mesmos problemas permanecem em todos os contratos programa, também a nossa forma de votação dos pontos referentes a todos os contratos programa hoje em apreciação nesta sessão, terão uma declaração de voto igual a esta.”-----

O Senhor José Sales retomou o seu lugar.-----

18. CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL, LDA – CARSURF – Apreciação e votação

Deliberado, por maioria, aprovar, com oito votos contra do Bloco de Esquerda, Coligação Democrática Unitária, Senhores António Nunes, Sonia Conceição, Abílio Marques, Maria de Fátima Duarte e Joaquim Pequicho, uma abstenção do Senhor Edmundo Barbosa e quinze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro efetuou a seguinte declaração de voto:-----

“O representante do BE na AM da Nazaré vota contra pelos seguintes motivos:-----

Desde sempre que o BE é contra a existência da empresa municipal Nazaré Qualifica por considerar que os serviços municipais poderiam muito bem executar as tarefas desta empresa.

Para além disso, o Tribunal de Contas, no passado recente, questionou os contratos programa celebrados entre a CMN e a NQ.”-----

19. CONTRATO PROGRAMA ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL, LDA – AMBIENTAL – *Apreciação e votação*

Deliberado, por maioria, aprovar, com nove votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e quinze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro efetuou a seguinte declaração de voto:-----

“O representante do BE na AM da Nazaré vota contra pelos seguintes motivos:-----

Desde sempre que o BE é contra a existência da empresa municipal Nazaré Qualifica por considerar que os serviços municipais poderiam muito bem executar as tarefas desta empresa.

Para além disso, o Tribunal de Contas, no passado recente, questionou os contratos programa celebrados entre a CMN e a NQ.”-----

20. CONTRATO PROGRAMA ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL, LDA – SANEAMENTO – *Apreciação e votação*

Deliberado, por maioria, aprovar, com nove votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e quinze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro efetuou a seguinte declaração de voto:-----

“O representante do BE na AM da Nazaré vota contra pelos seguintes motivos:-----

Desde sempre que o BE é contra a existência da empresa municipal Nazaré Qualifica por considerar que os serviços municipais poderiam muito bem executar as tarefas desta empresa.



Para além disso, o Tribunal de Contas, no passado recente, questionou os contratos programa celebrados entre a CMN e a NQ.”-----

21. CONTRATO PROGRAMA ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal, LDA – TRANSPORTES URBANOS – *Apreciação e votação*

Deliberado, por maioria, aprovar, com nove votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e quinze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro efetuou a seguinte declaração de voto:-----

*“O representante do BE na AM da Nazaré vota contra pelos seguintes motivos:-----
Desde sempre que o BE é contra a existência da empresa municipal Nazaré Qualifica por considerar que os serviços municipais poderiam muito bem executar as tarefas desta empresa. Para além disso, o Tribunal de Contas, no passado recente, questionou os contratos programa celebrados entre a CMN e a NQ.”-----*

22. CONTRATO PROGRAMA ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal, LDA – RSU – *Apreciação e votação*

Deliberado, por maioria, aprovar, com nove votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e quinze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro efetuou a seguinte declaração de voto:-----

*“O representante do BE na AM da Nazaré vota contra pelos seguintes motivos:-----
Desde sempre que o BE é contra a existência da empresa municipal Nazaré Qualifica por considerar que os serviços municipais poderiam muito bem executar as tarefas desta empresa.*

Para além disso, o Tribunal de Contas, no passado recente, questionou os contratos programa celebrados entre a CMN e a NQ.”-----

23. CONTRATO PROGRAMA ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL, LDA – ÁGUA –

Apreciação e votação

Deliberado, por maioria, aprovar, com nove votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e quinze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro efetuou a seguinte declaração de voto:-----

“O representante do BE na AM da Nazaré vota contra pelos seguintes motivos:-----

Desde sempre que o BE é contra a existência da empresa municipal Nazaré Qualifica por considerar que os serviços municipais poderiam muito bem executar as tarefas desta empresa.

Para além disso, o Tribunal de Contas, no passado recente, questionou os contratos programa celebrados entre a CMN e a NQ.”-----

24. CONTRATO PROGRAMA ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL, LDA – ASCENSOR

– Apreciação e votação

Deliberado, por maioria, aprovar, com nove votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e quinze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro efetuou a seguinte declaração de voto:-----

“O representante do BE na AM da Nazaré vota contra pelos seguintes motivos:-----

Desde sempre que o BE é contra a existência da empresa municipal Nazaré Qualifica por considerar que os serviços municipais poderiam muito bem executar as tarefas desta empresa.



Para além disso, o Tribunal de Contas, no passado recente, questionou os contratos programa celebrados entre a CMN e a NQ.”-----

O Senhor Joaquim Pequicho apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“Os membros eleitos pelo PSD vêm apresentar declaração de voto contra os pontos n.º. 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 da ordem do dia relativo à celebração dos contratos de delegação de poderes e competências da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados da Nazaré, nas áreas ambiental, saneamento, transportes urbanos, resíduos sólidos urbanos, água e ascensor, para a Empresa Municipal Nazaré Qualifica, E.M., unipessoal, lda, nos seguintes termos:-----

- Considerando que a Nazaré Qualifica configura, no nosso entender, uma manobra do executivo municipal e dos seus serviços municipalizados para “fugir” ao controlo, por parte da oposição camarária e da Assembleia Municipal, à gestão da Nazaré Qualifica de matérias que são da competência dos órgãos democraticamente eleitos.-----

- Considerando que o Tribunal de Contas, no passado recente, questionou estes contratos programa, indiciando ilegalidades na forma e conteúdo dos contratos programa, colocando em dúvida o próprio cumprimento da lei pela existência da Nazaré Qualifica nas atuais circunstâncias.-----

- Considerando que os Serviços Municipalizados, bem como a Câmara Municipal ficam esvaziados nas competências, legalmente atribuídas, transferidas para a Nazaré Qualifica, defraudando os munícipes que votaram e que vêm estas importantes áreas da gestão pública entregues a elementos nomeados pela maioria do executivo à revelia dos cidadãos eleitores.-----

- Considerando que esta prática serve interesses pouco transparentes, tanto na nomeação do Conselho de Gerência como na admissão e despedimento dos colaboradores ao sabor de discriminações político-partidárias.-----

Face aos pressupostos anteriormente enunciados, entendem os eleitos pelo PSD à Assembleia Municipal, apresentar votar "contra" pontos referidos na presente declaração de voto.”-----

25. CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE PODERES E COMPETÊNCIAS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DAS NORMAS DO CÓDIGO DA ESTRADA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR NA NAZARÉ QUALIFICA, EM, UNIPESSOAL, LDA – Apreciação e votação

O Senhor João Delgado solicitou esclarecimentos sobre o assunto, se os trabalhadores da Nazaré Qualifica podem fiscalizar normas e legislação aprovada na Assembleia Municipal, visto que não são trabalhadores do Município.-----

O Senhor Abílio Marques questionou se as competências atribuídas à Câmara sofreram alguma alteração sobre o estacionamento de viaturas e bloqueamento das mesmas em locais de estacionamento, não podendo ser efetuadas estas ações a não ser pelas forças de segurança, sendo elencadas incumbências que não estão bem esclarecidas nos documentos enviados, faltando o parecer dos Revisores Oficiais de Contas, que deve ser presente à Assembleia e não consta, propondo a retirada do assunto.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse serem legítimas as preocupações e deu como exemplo duas empresas municipais que praticam estas competências: a EMEL e a Promotorres, de Torres Vedras, existindo uma outra em Braga, pretendendo-se evitar abusos.-----

Existe uma delegação de competências e as pessoas escolhidas terão a devida formação submetendo-se às exigências das entidades que regulam estas atividades e quanto ao bloquear de viaturas, tem conhecimento que podem bloquear! -----

Solicitou ao Senhor José Bem, membro da empresa Nazaré Qualifica, que informasse quanto ao solicitado, tendo este indicado que se trata de um procedimento idêntico ao que foi aprovado no ano anterior, sendo efetuadas todas as credenciações necessárias para os funcionários afetos a este serviço. -----

O Senhor Daniel Meco recordou as vicissitudes que têm ocorrido com o estacionamento de veículos na Nazaré e o incumprimento dos condutores quanto ao Código da Estrada, estando a



Câmara Municipal a investir numa melhoria e mais-valia para o estacionamento automóvel. -----

O Senhor Abílio Marques reforçou a falta de parecer do ROC a acompanhar os documentos e assim, em seu entender, o documento deverá ser retirado, existindo competências delegadas que não existem.-----

O Senhor José Bem informou que o contrato não tem efeitos monetários à partida e assim não necessita do parecer do ROC.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com sete votos contra do Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, duas abstenções da Coligação Democrática Unitária e quinze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro efetuou a seguinte declaração de voto:-----

*“O representante do BE na AM da Nazaré vota contra pelos seguintes motivos:-----
Desde sempre que o BE é contra a existência da empresa municipal Nazaré Qualifica por considerar que os serviços municipais poderiam muito bem executar as tarefas desta empresa. Para além disso, o Tribunal de Contas, no passado recente, questionou os contratos programa celebrados entre a CMN e a NQ.”-----*

O Senhor Joaquim Pequicho apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“Os membros eleitos pelo PSD vêm apresentar declaração de voto contra o ponto relativo à celebração dos contratos de delegação de poderes e competências de gestão e fiscalização das normas do código da estrada e legislação complementar na Empresa Municipal Nazaré Qualifica, E.M., unipessoal, lda, nos seguintes termos:-----

- Considerando que a Nazaré Qualifica configura, no nosso entender, uma manobra do executivo municipal e dos seus serviços municipalizados para “fugir” ao controlo, por parte da oposição camarária e da Assembleia Municipal, à gestão da Nazaré Qualifica de matérias que são da competência dos órgãos democraticamente eleitos.-----

- Considerando que o Tribunal de Contas, no passado recente, questionou estes contratos programa, indiciando ilegalidades na forma e conteúdo dos contratos programa, colocando em dúvida o próprio cumprimento da lei pela existência da Nazaré Qualifica nas atuais circunstâncias.-----

- Considerando a ilegitimidade da delegação, pelo executivo, de competências que não detém, pois são, por imperativo legal, da exclusiva competência das Forças de Segurança (PSP/GNR), apesar da possibilidade da sua atribuição pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) aos municípios o que, até ao momento, se não verificou.-----

- Considerando que os Serviços Municipalizados, bem como a Câmara Municipal ficam esvaziados nas competências, legalmente atribuídas, transferidas para a Nazaré Qualifica, defraudando os munícipes que votaram e que vêm estas importantes áreas da gestão pública entregues a elementos nomeados pela maioria do executivo à revelia dos cidadãos eleitores.-----

- Considerando que esta prática serve interesses pouco transparentes, tanto na nomeação do Conselho de Gerência como na admissão e despedimento dos colaboradores ao sabor de discriminações político-partidárias.-----

Face aos pressupostos anteriormente enunciados, entendem os eleitos pelo PSD à Assembleia Municipal, apresentar votar "contra" o ponto referido na presente declaração de voto."-----

26. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal, LDA., PARA O ANO DE 2018 – Conhecimento

O Senhor João Delgado indicou que a sua Bancada entende que o processo deveria ser presente à Assembleia Municipal para votação e não só para conhecimento, solicitando o esclarecimento.---

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira prestou informação jurídica sobre o assunto, existindo pareceres da Comissão de Coordenação e do ponto de vista técnico, quem aprova os documentos é o órgão deliberativo da empresa, que é a Assembleia Geral e no caso em concreto é



o membro nomeado pela Câmara Municipal – Senhor Vereador Manuel Sequeira. A Assembleia Municipal deve ter toda a informação, como entidade fiscalizadora.-----

Tomado conhecimento.-----

27. RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 1.º SEMESTRE DE 2017 DA EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA – Conhecimento

Não se registaram intervenções. -----

Tomado conhecimento.-----

28. RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA – JOÃO PEDRO MONTEIRO – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Conhecimento

O Senhor Alexandre Isaac questionou, para quando o abandono desta precariedade de funções e de Autarquia de agilizar a breve prazo de assegurar a contratação destes trabalhadores.-----

O Senhor Presidente da Câmara e a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira informaram que foi questionada a DGAL sobre esta situação, face à necessidade dos Serviços, tendo-se obtido uma resposta negativa. Se houver possibilidade e abertura do Orçamento de Estado, poderão ser abertos os concursos, aguardando-se a publicação do diploma.-----

Tomado conhecimento.-----

29. RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA – VÍTOR ESTRELINHA – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Conhecimento

Não se registaram intervenções. -----

Tomado conhecimento.-----

30. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – UNIVERSIDADE SÉNIOR – ALBERTO VALONGO – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Conhecimento

Não se registaram intervenções. -----

Tomado conhecimento.-----

31. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PREPARAÇÃO DO CARNAVAL 2018 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Conhecimento

O Senhor Alexandre Isaac disse concordar com esta aquisição de serviços e ser importante para a realização do Carnaval. A Coligação Democrática sugere que seja feita uma avaliação feita desta atividade/modelo, de Carnaval.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que tem sido feito ano a ano a avaliação desta atividade e recordou a constante melhoria na elaboração e construção dos carros alegóricos, sendo o Carnaval da Nazaré um grande cartaz turístico.-----

Tomado conhecimento.-----

32. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ELABORAÇÃO DA CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DA NAZARÉ – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Conhecimento

Não se registaram intervenções. -----

Tomado conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

Por nada mais haver a tratar, sendo uma hora e cinco minutos do dia seguinte, o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por mim, Carlos José de Paiva Mendes, Coordenador Técnico, que a redigi e subscrevi. -----
